

Isabel dos Guimarães Sá, *O Regresso dos Mortos. Os Doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2017, 331 p, ISBN:978-972-671-485-9

Qualquer obra, independentemente da sua tipologia, seja científica, plástica, arquitetónica ou literária é resultado da vontade, formação, capacidade, personalidade, método e opções do seu autor. *O Regresso dos Mortos. Os doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (sécs. XVI-XVII)*, da autoria de Isabel dos Guimarães Sá pode surpreender pelo título, mas, na verdade, reflete uma linha coerente de tratamento do tema. De facto, a incursão desta autora na História das Misericórdias não constitui uma novidade, uma vez que grande parte do seu percurso académico tem sido realizado a analisar e interpretar, sobretudo, à luz do contexto e história social, a ação das Misericórdias Portuguesas, desde a sua fundação em 1498 até finais do século XVIII.

A publicação em apreço centra-se na apresentação encadeada de «*micro-histórias*» de doadores que testaram a favor da Misericórdia do Porto, e que, de alguma forma, estavam ligados aos territórios da expansão oceânica portuguesa, entre os séculos XVI e XVII.

A obra encontra-se formalmente dividida em dez capítulos, sendo que no primeiro vemos a desconstrução de todo o enquadramento jurídico no que concerne à atribuição de heranças, no período tratado – séculos XVI-XVII – esclarecendo-se a natureza dos diferentes tipos de testamentos e como a tramitação de bens ocorre, tendo nas Misericórdias uma espécie de agente / executor da herança, como nos diz a autora. As Misericórdias funcionavam assim como «*procuradoras dos defuntos*», o que para os emigrantes portugueses em terras ultramarinas era uma garantia de que os seus bens chegariam ao destino designado. Para tal, estes doadores deixavam parte dos seus bens à Misericórdia, no caso da abordagem feita nesta obra, à Misericórdia do Porto.

A Cidade do Porto e as suas particularidades são exploradas no capítulo seguinte. Vemos que é, ao tempo, uma cidade de pequena-média grandeza e conhecemos o ambiente onde estes doadores de alguma forma «viveram», ou se relacionaram e moveram. Motivados, por vínculos afetivos e familiares, escolheram esta cidade para sua última morada. A autora explora os motivos que os levaram a testar a favor da Misericórdia do Porto, irmandade imbuída das características específicas das suas congéneres nas práticas de caridade, sem esquecer as especificidades locais que cada Misericórdia tinha, face às necessidades da sua comunidade.

Quem são afinal os doadores da Misericórdia do Porto? O que podemos considerar como doador? Que importância tiveram as suas doações nesta irmandade? são questões que vemos respondidas no capítulo 3, como uma visão de grupo, uma imagem coletiva que veremos particularizada a partir do capítulo 6.

Deste modo, um doador é todo aquele que ofereceu algo à confraria, no entanto, como objeto de estudo desta obra são consideradas apenas «*as doações contratuais, geralmente perpétuas, celebradas através da escritura notarial*». Estas doações podem ser realizadas em vida (doação, capelas ou morgadios) ou depois da morte do doador através de testamento. A presente obra apresenta um estudo sobre 257 doadores da Misericórdia do Porto, onde 92 são mulheres, 139 homens e 27 casos onde marido e mulher testam conjuntamente, pertencendo a diferentes extratos sociais. No que respeita à ocupação profissional, os eclesiásticos ocupam o lugar cimeiro como benfeitores da Misericórdia, logo seguidos pelos artesãos e mercadores, estando os lavradores ausentes, confirmando o carácter urbano desta irmandade. No que concerne ao estatuto social iremos verificar a presença de fidalgos, nobres e cidadãos, o que revela, a predominância das elites da cidade.

Não podemos esquecer que o objetivo deste livro é revelar os doadores que, de alguma forma, estiveram ligados aos territórios de expansão ibérica sendo que os mesmos correspondem a 20,6% dos doadores analisados, que doavam sobre a forma de testamento. De realçar, uma das conclusões desta obra: foi graças a estes doadores «*emigrantes ou a portuenses ligados aos negócios coloniais*» que a Misericórdia do Porto alcançou a sua prosperidade em finais do século XVII.

A autora considerou para o seu estudo: o doador que vivia em território de expansão ibérica, solteiro, alguns com filhos naturais, e que aí testou e faleceu; o doador que passou parte da sua vida nesses territórios, mas que regressou; aquele que vivia no Porto mas que tinha negócios com as Américas, a África ou a Ásia; ou aquele doador cuja presença, não foi comprovada em território ultramarino, mas o inventário deste demonstra bens de origem colonial.

No início deste capítulo analisam-se os rituais de posse e sua importância, o modo como era feita a passagem de um imóvel de um proprietário para outro, neste caso, de um doador para a Misericórdia do Porto. Os rituais são um tema que tem sido pouco estudado pela historiografia das misericórdias e que no nosso entendimento é de vital importância para a compreensão de todo o ideário das misericórdias. Isabel dos Guimarães Sá é uma das investigadoras que mais tem explorado e estudado a ritualização dos atos pelas Misericórdias, voltando aqui a fazer-lhes referência no capítulo 4. Falamos dos rituais ligados à salvação da alma, os chamados rituais não cíclicos, ou seja, que não se repetiam na mesma altura todos os anos, como os rituais fúnebres e as missas por alma.

A salvação da alma constitui o móbil para a doação às Misericórdias e desta forma os bens que eram alvo de doação teriam de ser convertidos em dinheiro para que fosse garantida a sua aplicação em bens espirituais –

celebração de missas, atos de caridade que eram entendidos como remissão dos pecados, como por exemplo, dotar uma órfã.

É a partir do capítulo 5 que a autora intensifica o estudo sistemático dos doadores, esclarecendo quais as metodologias utilizadas e as dificuldades encontradas, estas últimas relacionadas, sobretudo, com a diversidade e dispersão de fontes. Por este motivo, torna-se penoso traçar a trajetória individual duma personalidade, apesar de que, nesta obra, encontramos uma novidade, pelo menos, no que respeita ao tratamento da história dos benfeitores: a preocupação pela identidade emocional de cada um dos doadores. Neste ponto procura indagar que emoções comandam as escolhas dos doadores e como a vivência individual permite a desconstrução de padrões comportamentais até agora pré-estabelecidos. De notar que a autora abre sempre muitas «portas» para futuras investigações, formula questões pertinentes, dando a ideia permanente do *non finito*, ou como a própria refere acerca desta dificuldade em dar por concluída a trajetória individual duma determinada pessoa, dum «*work in progress*».

É no capítulo 6 que inicia a abordagem específica, caso a caso, de doadores da Misericórdia do Porto só terminando no último capítulo, ou seja, o décimo. Fala-nos duma família marcada pelos impérios ibéricos, a de Pantaleão Ferreira e Ana Mesquita, focando mais atentamente num dos seus filhos, que terá feito a sua fortuna no Peru: o Capitão Diogo Ferreira. Este fidalgo, terá deixado à Misericórdia em finais do século XVI, uma quantia considerável que legou para atos de carácter caritativo como «*casar três órfãs por ano, e para alimentar alguns pobres envergonhados*».

Em Madrid testou, uma das figuras maiores da Misericórdia do Porto: D. Lopo de Almeida, responsável pela criação do maior hospital do Porto, em inícios do século XVII, e a quem é dedicado todo o capítulo 7. Eclesiástico e defensor da causa filipina, figura controversa, este fidalgo, foi um benfeitor que Isabel dos Guimarães Sá classifica como «*misterioso*», justificando a paixão de vários autores por D. Lopo, como é o caso de Artur de Magalhães Basto ou Mário Brandão. Misterioso é, desde logo, o facto de testar a favor da Misericórdia do Porto em primeira opção, quando não nasceu, nem viveu na cidade. No entanto, a sua escolha poderá ter a ver com a sua ligação à monarquia Filipina e à necessidade de arranjar apoio local por parte desta última. O que é que um certo é que um hospital foi construído à custa desta doação.

É enfatizada a rapidez com que a Misericórdia portuense agiu como procuradora do defunto e beneficiária da herança, uma vez que enviou, de imediato, um seu procurador a Madrid garantindo que tudo corria bem a favor da irmandade. Era frequente, sobretudo, no que respeita aos bens móveis, estes sofrerem “*descaminhos*” e nunca chegarem ao destino traçado no testamento,

principalmente, no caso da transferência de bens a partir dos territórios de expansão oceânica nos séculos XVI-XVII, conforme trata esta obra.

Embora as nossas considerações sobre a obra, se perfilarem, mais à frente, não podemos deixar de enfatizar já, a avaliação que a autora faz sobre a pessoa deste doador através da análise pormenorizada do seu inventário, desde logo, o carácter minucioso que lhe atribui, dado o detalhe com que inventaria tudo, constituindo em nosso entender uma boa justificação para uma nova abordagem ao estudo de benfeitores e doadores das Misericórdias Portuguesas. É também através do seu inventário que se aproxima da personalidade «*sui generis*» de D. Lopo de Almeida, uma vez, que o mesmo não evidencia estarmos em presença dum homem da igreja, mas antes dum negociante e financeiro. Como não poderia deixar de ser enfatiza-se a presença de bens coloniais.

Belchior Pais, foi um dos doadores importantes para a Misericórdia do Porto, tal como D. Lopo de Almeida, mas em menor escala, merecendo a atenção no início do capítulo 8 deste livro. Foi um dos benfeitores que financiou a sede da Irmandade, um dos acontecimentos mais marcantes na história da Confraria. Homem solteiro, foi mercador e oficial régio, sendo oriundo de famílias nobres por parte do pai, Gomes Pais, e ao que parece ilegítimo, traço de identidade que ele próprio nunca admitiu. Na verdade, evidencia até uma certa hostilidade em relação a casos semelhantes, uma vez que deserda parentes de nascimento ilegítimo. Testou a partir da Índia, Malaca à semelhança dum outro benfeitor Bernardim Ribeiro de Barros, natural da cidade do Porto, de origem nobre, casado à data da sua morte, mas que declara uma filha nascida antes do casamento, que assume e que justifica o testamento do mesmo estar na posse da Misericórdia do Porto, uma vez que este não a beneficia, mas a nomeia como intermediária, para fazer o seu legado chegar à sua filha.

Do extremo oriente, Japão e Macau são tratados quatro doadores e uma família, no capítulo 9.

António de Faria foi um fidalgo, natural de Lisboa, que viveu e testou em Goa. Terá sido um dos primeiros portugueses em viagem pelo Japão e é um dos exemplos de que não testou diretamente a favor da Misericórdia do Porto, mas que os problemas da tramitação dos bens, motivados pela distância, fizeram com que a Misericórdia de Goa os passasse para a congénere do Porto.

No caso da família Monteiro estuda-se tio e sobrinho, analisando os testamentos de ambos. Pertencentes a uma família fidalga do Porto, António e Domingos Monteiro faziam a viagem do Japão. O caso de António, entre outras conclusões, permite analisar as relações familiares e a questão da bastardia, que este assume, apenas para impedir a sua mãe de se declarar

como herdeira. Testou a favor de duas meninas: Violante e Isabelinha, deixando à primeira uma pequena fortuna, sendo que à Misericórdia portuense instituiu uma capela, cuja administração ficaria a cargo dum seu sobrinho. Domingos Monteiro era capitão da Viagem ao Japão, cargo de grande importância, embora a sua situação não fosse tão próspera como a de António. Tal como outros doadores testou a favor de várias Misericórdias que funcionaram como suas procuradoras.

Caso diferente é a do doador António Rebelo Bravo cuja passagem dos seus bens é feita de forma invertida, ou seja, os bens têm de transitar do Porto para Goa. André Coutinho por sua vez é um sacerdote que conseguiu chegar ao Reino.

Do eixo atlântico, de Angola à América Portuguesa, Isabel dos Guimarães Sá, faz-nos chegar o testemunho de cinco casos particulares e uma situação familiar de pai e filho que testaram em finais do século XVII, mas que correspondem a um espectro social bem mais vasto do já visto para a Ásia, onde pontuam mais nobres e fidalgos.

Terminado este pequeno excuro da obra cabe-nos aferir e confirmar a novidade do estudo em apreço, no que concerne, à metodologia utilizada, a que brevemente já aludimos. A abordagem através do recurso à micro-história, e partindo da história individual para o coletivo, constitui no que ao tratamento dos doadores das Misericórdias diz respeito, uma inovação. Aqui importa o indivíduo, e, através dos seus testamentos, inventários e tipo de objetos que possuem, analisar as suas vontades comprovando a sua diversidade, contrariando a tese de que cada indivíduo se devia conformar, simplesmente, com os padrões do grupo social a que pertencia.

No entanto, esta abordagem foi realizada para estudar a forma como os doadores da Misericórdia do Porto se deixaram influenciar pelas oportunidades que a expansão transoceânica trouxe, focando através de trajetórias individuais, o modo como as Misericórdias funcionaram como procuradoras dos defuntos, ou como elo de ligação e conexão de pessoas separadas por oceanos de distância, o mesmo é dizer da Ásia, do eixo Atlântico e das Índias de Castela, entre o século XVI e o século XVII, para o Porto.

A expansão transoceânica veio afetar de forma indelével as estruturas familiares destes doadores e, portanto, da sociedade portuguesa da época no que diz respeito às elites. Esta premissa ilumina o tema central da obra e julgamos que o seu propósito foi cumprido. A sua análise permite aferir também que esta emigração para o Oriente e para a América Portuguesa parece ter levado as mulheres – filhas – a ingressar nos conventos.

A observação da massa documental, principalmente, os testamentos revelaram dados surpreendentes, no que diz respeito às questões de ilegitimidade de nascimento. Os exemplos abrangem a negação da condição

de filhos ilegítimos, a repulsa do mesmo facto, o deserdamento de uma irmã por esta ter uma filha ilegítima, e o assumir natural da paternidade de filhos fora ou na inexistência de matrimónio. Os novos laços familiares que vemos surgir, motivados pela presença de escravos, são também tratados de formas distintas pelos doadores da Misericórdia Portuense.

O consumo de bens exóticos por parte destes doadores é analisado através não só dos testamentos, mas também, dos seus inventários e destina-se à demonstração da alteração da cultura material dos portuenses potenciada por esta expansão oceânica. Através do objeto, da sua especificidade, da importância e utilização pelo seu possuidor, podemos, de certo modo, traçar um retrato dos seus gostos e padrões de vida. É como se estivéssemos no plano duma indagação quase forense, meticulosa, que confere a esta obra científica um carácter inovador. De qualquer modo, é necessário não olvidar a ideia fundamental de conversão de vários tipos de bens (materiais) em bens espirituais, fundamental para a economia de salvação da alma e cujas Misericórdias, como aliás, já amplamente referimos, desempenham um papel imprescindível sendo as instituições eleitas para tramitação de bens, em detrimento da coroa. As Misericórdias tinham, portanto, um estatuto de idoneidade elevado se não mesmo superior ao da coroa, embora esta última tivesse de estar presente na validação, por notários, de testamentos e codicilos.

A viagem das heranças podia ser longa ou muito longa, variando, se estamos a referir-nos aos exemplos do Eixo Atlântico ou ao Estado da Índia. A demora e as querelas familiares na distribuição da herança eram frequentes. Desta forma as heranças eram, normalmente, distribuídas por diversas entidades, elegendo as Misericórdias como procuradoras e beneficiárias, na maioria das vezes, sendo estas promotoras ativas na conversão permanente de bens, bem imóveis, terras, casas que não eram passíveis de ser movidos, convertiam-se em ouro, letras de cambio ou moeda.

Dão-se assim conversões múltiplas que configuram trajetórias de bens materiais nas mãos das Irmandades, desde, por exemplo, a Misericórdia de Malaca até à Misericórdia do Porto, práticas que se instituíram e que o estudo em apreço veio revelar, juntamente com a revelação de relações familiares e afetivas dos doadores emigrantes, ou o modo como um objeto nos revela a tipo de vida e o estatuto do seu detentor.

Atos com objetivos práticos e materiais que se associam a rituais, como por exemplo, os rituais de posse que ocorrem quando se dá a passagem dum bem do testador para a Misericórdia do Porto, são relevados nesta obra. Apesar de não ser o propósito principal da autora consideramos que a importância e o espaço que atribuí aos rituais destas Irmandades constituem uma das linhas de força do seu estudo. Os rituais são produtores de significados, identificam os indivíduos através de práticas mais ou

menos estandardizadas aludindo a um propósito, geralmente moralizante, e reprodutor efetivo de conceitos, logo marcam de forma indelével a identidade das Misericórdias. Por isso, consideramos ser importante esta referência e o facto de lhe ser dedicado todo um capítulo. Embora, não possamos esquecer que Guiseppe Marocci se debruçou sobre a questão dos rituais, muito recentemente, nos *Portugalia Monumenta Misericordiarum* no seu último volume (vol. 10), contudo Isabel dos Guimarães Sá trata-os numa perspetiva diferente, havendo ainda muito a fazer neste campo.

Embora o trabalho duma recensão passe pela avaliação do seu conteúdo e pertinência científica não gostaria de terminar sem enfatizar a clareza do ato discursivo. Para um académico a capacidade de investigação e a produção de inovação do saber é o mais importante, mas transmitir o conhecimento de forma clara e cativante, para nós é também muito importante, e esta obra é um bom exemplo de sucesso em termos de comunicação.

Outra característica, aliás presente em outras obras da autora, é a «transparência científica», apontando, sempre os aspetos que podem ser tratados por outros investigadores, revelando fontes pertinentes para cada um dos estudos que se encontram em aberto, ou em «work in progress», como refere.

O *Regresso dos Mortos*, ou seja, dos doadores que estão na origem do título deste livro, não tem apenas a ver com a economia da salvação das almas, mas também com o facto de que se garantia que o que não pudessem resolver em vida, seria resolvido pela Misericórdia, como a cobrança de dívidas, legados e heranças de bens a parentes ou alforrias de escravos. Em conclusão, estes doadores providenciaram o seu regresso ao mundo dos vivos para fazer popear a sua memória e jamais serem esquecidos, como bem salienta a autora.

RITA FERNANDA DO VALE PINTO PEDRAS

rimarvale@hotmail.com

ORCID: 0000-0001-6378-8227

https://doi.org/10.14195/2183-8925_37_15

Luciano Aronne de Abreu e Paula Borges Santos (orgs.), *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, 209 p. ISBN: 9788539709694

A historiografia atual tem mostrado estar atenta, não apenas à importância de conferir uma nova abordagem ao estudo da temática do corporativismo, mas também à pertinência da ideia da transnacionalidade deste conceito. A obra aqui recenseada encaixa-se neste espírito de